

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

### 2. Audição do Senhor Ministro da Educação – 14h30

- Por requerimento do Grupo Parlamentar do BE
- Regimental, no âmbito do art.º 104.º, n.º 2 do Regimento da Assembleia da República

### 3. Outros Assuntos

### 4. Data da próxima reunião

- 19 de julho, 14h30m – Audição Ministro Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

---

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputado Alexandre Quintanilha (PS) levou a votação a aprovação da ordem do dia, não tendo havido qualquer oposição.

### 2. Audição do Senhor Ministro da Educação – 14h30

O Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, que se fez acompanhar pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, e pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa, conforme [página da audição](#) e informou a grelha de tempos disponíveis para a presente audição com base em requerimento do BE, dando a palavra ao Grupo Parlamentar proponente para expor as razões da audição solicitada.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) começou por evidenciar que o requerimento para a presente audição foi apresentado a 5 de junho, em virtude da interrupção das negociações com os sindicatos para a progressão dos docentes e que, face à impossibilidade de agenda do Senhor Ministro, só foi possível agendar para 17 de julho. Assim, referiu que a realidade é diferente, contudo, mantém-se uma preocupação ali evidenciada: o artigo 19.º da [Lei do Orçamento do Estado](#) (LOE) que se reporta ao tempo de serviço, mediante o recurso à utilização do artigo definido “do” e não do artigo “de”, pormenor de relevo para os sindicatos. Em idêntico sentido, identificou, ainda, a [Resolução da Assembleia da República n.º 1/2018, de 2 de janeiro](#).

Referiu, ainda, permanecer a dúvida quanto à progressão na carreira docente pois que tratando-se de um corpo especial da função pública, com um estatuto e uma carreira especial, a qual prevê um modo de progressão própria e não igual aos dos restantes funcionários da Administração Pública, e não podendo por isso ser equiparados a estes para efeitos de progressão nos termos gerais, perguntou, assim, se é intenção do Governo manter esta equiparação das carreiras gerais com a carreira de docente, se o impacto orçamental desta medida é o comunicado, qual o prazo de funcionamento para o Grupo Técnico criado com vista

a determinar aquele impacto, e o que é o Governo quer dizer quanto fala em “mitigar” o descongelamento.

O Senhor Ministro salientou que o Governo nunca rompeu negociações com os sindicatos, nunca tendo sido intransigente. Depois, referiu que o descongelamento das carreiras está no programa do Governo, e que este tem sido sensível às reivindicações dos sindicatos, sendo importante negociar e assinar uma declaração de compromisso.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) evidenciou, no seu discurso, o clima de instabilidade que se vive nas escolas, em virtude, nomeadamente, do conflito existente entre o Governo, os professores e a comunidade escolar. Referiu que, neste processo, os professores são as vítimas de um procedimento justo. Salientou, também, o facto de a Resolução n.º 1/2018, de 2 de janeiro, ter sido aprovada com os votos a votar do Grupo Parlamentar do PS, resolução esta que recomenda a contagem integral do tempo de serviço. Quanto à existência de uma comissão técnica para apurar o impacto da medida, questionou qual a posição do Governo se os números forem diferentes dos inicialmente estimados. Perguntou, ainda, se para além da contagem do tempo de serviço, que medidas implementariam para valorizar o tempo de serviço dos professores.

O Senhor Ministro voltou a insistir que o Governo se encontra num processo negocial e que nem os sindicatos, nem os professores, são inimigos do Ministério da Educação, existindo espaço para a negociação. Referiu que existem, aqui, dois direitos conflituantes que são o direito dos docentes à greve e o direito à educação, tendo sido já requeridos serviços mínimos.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) interpelou a mesa, no sentido de permitir a entrada na assistência dos membros de uma delegação da FENPROF composta por 18 elementos.

O Senhor Presidente referiu que admitiria a assistência, uma vez que as reuniões são públicas mas na medida dos lugares disponíveis na sala, e que neste momento apenas seria possível a entrada de dois elementos.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) apelou ao facto de sem os professores não existir um serviço nacional de educação, nem uma verdadeira escola pública, considerando que este Governo pode congratular-se, desde o primeiro momento, com as medidas tomadas. No que respeita à matéria objeto do requerimento, referiu que o Grupo Parlamentar do PS não se revê no mesmo e que sempre entendeu que a resolução deste problema deve passar pelo diálogo entre o Governo e os sindicatos.

O Senhor Ministro reiterou que o Governo valoriza o diálogo com os sindicatos.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) começou por dizer que desde a discussão do Orçamento de Estado para 2018 que o Grupo Parlamentar do CDS-PP disse que era obrigação do Governo apresentar um plano para o descongelamento. Questionou, de seguida, que se as contas com este descongelamento estão feitas, não se percebe o porquê de ter sido criada uma comissão técnica para esse efeito. Perguntou, ainda, se estava ou não em cima da mesa a possibilidade de serem negociadas as aposentações.

Alertou, depois, para os avisos de greve de vários sindicatos que certamente atrasariam o início do próximo ano letivo, questionando se o Governo se encontra a empurrar este problema para o próximo ano letivo.

O Senhor Ministro referiu que as organizações sindicais fazem as suas opções, e que estão a trabalhar com todas as entidades necessárias para o início do próximo ano letivo.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a posição do Grupo Parlamentar do PCP quanto à contagem do tempo de serviço é uma posição conhecida, tratando-se de uma questão que está consagrada na Lei, concretamente na LOE. Questionou, depois, ser importante saber se o Governo está disposto ou não para partir para negociações sem redução do tempo de serviço, efetivamente prestado.

O Senhor Ministro reiterou que o Governo defende intransigentemente a negociação sindical. Referiu que não há nenhum desvio relativamente ao programa do Governo e à LOE. Tal como referiu não existir nenhum desvio do Governo quanto à preparação do próximo ano letivo. E salientou que a preocupação do Governo é a o direito à educação.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que não é aceitável que se diga que a carreira dos professores é insustentável e por isso é que foi congelada, acrescentando que não são os direitos dos trabalhadores que são insustentáveis, mas antes as opções Governamentais, opção esta que foi negociada em 2017 na preparação da LOE.

O Senhor Ministro terminou, referindo que os professores são a pedra angular do nosso sistema.

Seguiu-se a audição regimental do Senhor Ministro da Educação, ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2 do Regimento da Assembleia da República, tendo o Senhor Presidente informado a grelha de tempos e dado a palavra, para uma primeira ronda, ao Senhor Deputado Porfírio Silva (PS).

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) salientou a aposta do Governo na escola pública, e começou por evidenciar o despacho de abertura do ano letivo que consolida matérias anteriores com capacidade para aumentar autonomia às escolas e também melhor a questão do trabalho. Enalteceu, ainda, o facto de os manuais escolares serem gratuitos até ao sexto ano, e os preços destes manuais estarem congelados durante quatro anos, sendo certo que com o sistema de vouchers criado os pequenos livreiros não saíram prejudicados.

O Senhor Ministro publicitou a existência de uma nova plataforma que facilita a aquisição dos livros gratuitos no 1.º e 2.º ciclo. Informou que esta plataforma está disponível, também, na página *online* e numa *app* para o telemóvel, sendo certo que houver dificuldade a escola poderá complementar o trabalho. Mencionou que este sistema vai ser também utilizado pela Câmara Municipal de Lisboa que irá aproveitar o trabalho desenvolvido pelo ministério.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) referiu ter havido um desinvestimento na educação, questionando sobre como é que se explica a despesa com a educação em 2017. Reportou-se, depois, ao concurso externo extraordinário deste ano, e ao facto de não ter sido negociado com

os sindicatos; reportou-se ainda à nota informativa da Direção Geral de Administração Escolar, entre outras questões. Questionou, ainda, para quando a aplicação da Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio, que define os termos e a forma como se processa o reposicionamento no escalão da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário do pessoal docente com tempo de serviço prestado antes do ingresso na referida carreira e a que se refere o n.º 3 do artigo 36.º e o n.º 1 do artigo 133.º do respetivo ECD. E concluiu, afirmando que as escolas estão atrasadas com o início do ano letivo, pelo que perguntou como é que o Ministro pode estar seguro de que não vai haver problemas.

O Senhor Ministro respondeu que trabalham com normalidade com todas as escolas e que no que respeita ao conjunto de questões colocadas, os Diretores tomaram as suas decisões com a autonomia de que dispõem. Referiu que as várias questões em curso estão a ser tratadas com naturalidade, acreditando nas escolas e nos seus Diretores. E terminou, dizendo que o Orçamento de Estado tem sido aumentado para a educação nos anos de 2017 a 2019, ao invés dos anos de 2013 a 2015.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) pediu a palavra para interpelar a mesa à distribuição de duas folhas da Conta Geral do Estado que demonstrativas da afirmação feita pela mesma.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) centrou as suas questões nos instrumentos de fiscalização sobre o horário de trabalho a implementar pelo ministério e que medidas iriam ser propostas, bem como na flexibilidade curricular, questionando que condições existem para a implementação na escola deste documento, bem como o da educação inclusiva. Perguntou, ainda, se as escolas estavam prontas para aplicar o [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), e terminou questionando sobre o [despacho normativo n.º 6/2018, de 12 de abril](#), relativo às matrículas.

O Senhor Ministro da Educação pediu para passar a palavra ao Senhor Secretário de Estado da Educação, o qual expôs que existe uma atividade de acompanhamento e fiscalização do arranque do ano letivo, e que até novembro deste ano terão um conjunto de propostas para a simplificação, esclarecimento de tarefas de docentes e administrativas e simplificação dos documentos.

Quando à educação inclusiva e à flexibilidade curricular referiu que a implementação destes diplomas será progressiva, havendo medidas que não carecem de qualquer desenvolvimento, sendo certo que as que carecem poderão ser objeto de implementação progressiva. Informou dispor de um equipa de 91 professores para acompanhar o cumprimento destas medidas.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) começou por reportar-se ao [Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho](#), relativo à autonomia curricular, referindo que o diploma coloca algumas questões, algumas das quais suscitadas pelo Conselho Nacional de Educação. Referiu que o diploma coloca, desde logo, reservas, por pretender ser aplicado no próximo ano letivo, quando surge publicado apenas a 6 de julho. Questionou, depois, o artigo 4.º do diploma, pois que se a lógica é permitir a intervenção de todos os agentes, então todos os projetos poderão ser muito diferenciados, nomeadamente no que respeita à própria inclusão dos pais. Neste seguimento, questionou como é que a flexibilidade curricular se compadece com o despacho das matrículas,

que respeita a uma lógica de “código postal”. Salientou, ainda, que esta questão da flexibilidade curricular deverá ser acompanhada dos necessários recursos – materiais e humanos. Aludiu, ainda, à questão suscitada pelo [Conservatório de Coimbra na audiência](#) tida nesta comissão, respeitante ao despacho de matrículas.

O Senhor Ministro referiu que são as famílias que decidem as suas prioridades para efeitos de inscrição dos alunos, passando a palavra ao Senhor Secretário de Estado da Educação. Este começou por abordar a autonomia curricular, dizendo que um dos ganhos deste processo foi trazer a voz dos alunos para o currículo e referindo que existem várias escolas que, desde o dia do perfil do aluno, criaram comissões para acompanhar esta matéria. Salientou que esta questão da autonomia sempre foi reservada à escola privada, e não à escola pública. No que respeita ao despacho de matrículas referiu que os encarregados têm liberdade na inscrição e a única coisa que o despacho faz é dar prioridade em determinadas situações.

A Senhora Deputada Ângela Moreira (PCP) salientou a necessidade de serem tomadas medidas para que docentes e não docentes estejam contratados no início do ano letivo. Reportou-se à nota informativa do governo, considerando tratar-se de um passo, mas não suficiente. Perguntou, ainda, em que ponto estamos no programa de regularização dos vínculos precários da Administração Pública (PREVPAP) e quando é que a recondução será feita.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que ainda não se encontra esclarecida a diferença entre tempo letivo e tempo não letivo. Abordou, também os dados estatísticos do *burn-out* dos professores, questionando quais as medidas a adotar para combater o desgaste e o envelhecimento dos professores.

O Senhor Ministro da Educação abordou os números quanto ao cumprimento da portaria dos rácios para o início do próximo ano letivo, expondo, ainda o trabalho desenvolvido pela Comissão de Avaliação Bipartida. Terminou, abordando a questão do reposicionamento do e dos efeitos da [Portaria n.º 119/2018, de 4 de maio](#), que se reportam a 1 de janeiro de 2018.

Iniciada a segunda ronda de intervenções, a Senhora Deputada Susana Amador (PS) referiu indicadores com reflexos positivos na escola, nomeadamente, a melhoria do emprego, mais igualdade dos cidadãos e do género e aludiu à distribuição de manuais escolares gratuitos, tendo depois pedido um balanço do programa de promoção do sucesso escolar e indicação das perspetivas do seu alargamento.

O Senhor Ministro da Educação e os respetivos Secretários de Estado mencionaram o aumento das refeições escolares, particularmente nas escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), durante o período não letivo e a distribuição de fruta no pré-escolar. Indicou depois que o programa de promoção do sucesso escolar está a funcionar quase em todos os agrupamentos de escolas e prestou informações sobre o Programa Qualifica, de reconhecimento e validação de formação, o aumento da rede e mais acompanhamento.

A Senhora Deputada Manuela Tender (PSD) indicou que o diploma que procedeu à revogação do regime de educação especial foi publicado apenas em 6/7, de forma tardia, o que dificulta a

aplicação no próximo ano letivo e referiu que as alterações dos horários das escolas não permitem ajustamentos aos transportes escolares.

Os Senhores membros do Governo referiram que houve muitas reuniões de preparação da aplicação do novo regime de educação especial e está prevista a avaliação ao longo dum ciclo de 6 anos.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) realçou que o início do próximo ano letivo é o último nesta legislatura e referiu o *deficit* dos recursos humanos, a preocupação com os atrasos do PREVPAP, Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública em relação aos técnicos superiores, a relação com a municipalização, a contagem do tempo de serviço dos docentes, 9 anos, o estudo encomendado pela FENPROF sobre o *burnout* dos professores e o desafio de devolver democracia à gestão das escolas.

Os Senhores membros do Governo referiram a sangria dos recursos humanos no passado, defenderam que a alteração da Portaria dos rácios dos assistentes operacionais melhorou a situação, indicaram que as comissões do PREVPAP estão a funcionar e a trabalhar, informaram que em setembro será feita a renovação dos contratos dos técnicos superiores e indicaram que o Ministério organizou a participação na descentralização de competências.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) questionou sobre o processo de planeamento e concertação da rede de ofertas profissionalizantes para jovens pois. Afirmou que segundo quem está no terreno, o racional subjacente ao planeamento da rede dos cursos profissionais faria algum sentido se as relevâncias que atribuem aos cursos tivessem alguma relação com a realidade das CIM's, algo que não estaria a acontecer. Disse ainda que racionalidade da rede enquanto instrumento estratégico deveria enquadrar as necessidades a nível regional/sub-regional, através do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações, articulado com princípios e critérios que deveriam permitir a ordenação das várias propostas apresentadas mas que não existe uma efetiva proporcionalidade com base na procura. Acrescentou haver ofertas redundantes inexplicáveis e que não se atende ao conhecimento que as escolas têm da realidade circundante, ou seja, ofertas de emprego/procura dos alunos/ das famílias. Insistiu que persiste uma inadequação das ofertas, um deficiente planeamento da rede dos cursos profissionais de que as escolas públicas, reiteradamente, se queixam e que contraria o objetivo de ajustamento da oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho que deveria ser um objetivo estratégico para o desenvolvimento económico e social do país.

Os Senhores membros do Governo referiram que herdaram o planeamento da rede de ensino profissional sem critérios e fixaram-nos, bem como a manutenção da proporcionalidade entre o público e o privado.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) manifestou preocupações em relação ao novo regime de educação especial.

Os Senhores membros do Governo referiram que o Ministério da Educação pretende que haja inclusão dos alunos no âmbito do ensino superior, sendo a igualdade de oportunidades essencial.

Iniciada a terceira ronda de intervenções, a Senhora Deputada Lúcia Araújo Silva (PS) referiu o fim da bolsa de contratação de escolas, a poupança resultante da redução dos contratos de associação e pediu o ponto de situação do processo de autonomia e flexibilidade curricular.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) mencionou os vários Projetos de Resolução para requalificação de escolas, realçando as deficiências das mesmas, e pediu informação sobre o futuro da empresa Parque Escolar, realçando que os respetivos relatórios e contas de 2016 e 2017 ainda não foram aprovados.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu algumas das alterações registadas na educação ao longo dos 3 anos do Governo atual, nomeadamente a nível da avaliação externa, exames e pediu informação sobre o facto de o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) ter fixado a realização de uma única prova para as disciplinas de Matemática A e B e as repercussões no acesso ao ensino superior.

O Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) enfatizou os cortes orçamentais ao longo dos anos, o uso de verbas dos Serviços de Ação Social Escolar para pagamento de energia e questionou a libertação de verbas dos saldos.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) pediu informação sobre casos de contratos de associação que ficaram mal resolvidos, defendendo que deviam manter-se por haver falta de resposta da escola pública, especificamente em Fátima, Sertã e Cantanhede.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) saudou a aposta do Governo na valorização do ensino profissional, de que resulta um aumento considerável do número de alunos nesta modalidade de ensino e pediu informação sobre o planeamento e objetivos em relação à rede daquele.

O Senhor Deputado Rui Silva (PSD) questionou quando vai ser feita a requalificação das escolas de Vila Verde e a remoção de amianto nas mesmas, tendo realçado que obra foi adjudicada, estando 90% das verbas asseguradas pela Câmara Municipal e o Ministério da Educação ainda não assegurou a verba da sua responsabilidade, no valor de 75.000€, pelo que a obra ainda não começou, tendo pedido informação sobre a situação e informado que a autarquia propõe substituir-se ao Ministério.

A Senhora Deputada Margarida Mano (PSD) pediu explicações sobre o ensino articulado e abertura de turmas, na sequência das questões levantadas pela [Escola Básica e Secundária da Quinta das Flores e Escola Artística e Conservatório de Música de Coimbra](#).

A Senhora Deputada Ângela Moreira (PCP) equacionou a situação dos auxiliares de ação educativa, referiu que a substituição do pessoal que responde a necessidades permanentes está a ser feita por contrato e defendeu a alteração dos rácios deste pessoal.

A Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS) defendeu uma escola pública inclusiva, realçou a publicação do novo regime sobre a matéria e o facto de a alteração ter resultado dum processo participado pelos agentes educativos e salientou que o Governo lançou um manual de apoio à aplicação do diploma.

O Senhor Deputado Rui Cruz (PSD) perguntou se as turmas dos colégios que vão ter apoio do Ministério da Educação podem ser definidas já e qual a prioridade em que os professores desses estabelecimentos de ensino podem concorrer aos concursos nacionais de docentes.

Os membros do Governo prestaram informações sobre o projeto e o novo diploma de flexibilidade e autonomia curricular, a realização de obras de requalificação em cerca de 200 escolas, a intervenção da empresa Parque Escolar, o desenvolvimento do ensino profissional e das qualificações a nível digital, a aplicação do PREVPAP e a alteração dos rácios dos assistentes operacionais. Reconheceram que a profissão docente é desgastante e salientaram ainda que atualmente há mais professores nas escolas, uma diferente divisão de trabalho e mais vinculações, uma redução do número de alunos por turma e mais profissionais doutras carreiras, incluindo mediadores e psicólogos, o que altera o quadro atual. Indicaram ainda que os contratos de associação só serão mantidos quando houver falta de resposta da rede pública, tendo os alunos que saíram dos colégios resposta na mesma e informaram que anualmente é feita a análise da rede. Informaram ainda que o Conservatório de Música de Coimbra mantém-se com ensino articulado, desde que dê cobertura a alunos de várias escolas.

A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) perguntou se as verbas que tinham sido garantidas ao Município de Oliveira de Azeméis iriam manter-se.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) pediu esclarecimentos sobre o financiamento em termos de contratos de patrocínio dado que estes terminarão no próximo dia [31 de agosto](#), o que pressupõe estarem a desenvolver-se negociações para a renovação.

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) equacionou a substituição das estruturas das escolas que têm amianto, pediu um plano de requalificação de escolas da região de Lisboa e referiu que tinham sido indicadas verbas disponíveis e agora há a indicação de que as mesmas estão cativas.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) equacionou a definição das componentes letiva e não letiva do horário dos docentes, perguntou se há garantias de que o ano letivo vai começar com normalidade e os trabalhadores terão vínculo adequado, para quando será adotada uma gestão democrática das escolas e realçou que com a descentralização de competências, uns trabalhadores das escolas ficarão dependentes do Ministério da Educação e outros das autarquias.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) defendeu que o poder local é fundamental, as respostas de proximidade são mais eficazes, as autarquias têm muita experiência e informou

que tinha sido aprovada na Comissão competente a lei-quadro da regionalização. Perguntou depois como se fazia a conjugação do poder local com a escola pública.

O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) pediu informação sobre os contratos de associação e especificamente sobre o colégio de Fátima.

A Senhora Deputada Patrícia Fonseca (CDS-PP) questionou o facto de não ter sido financiada nenhuma turma do 5.º ano ao Colégio Infante Santo, defendendo que os alunos não têm resposta na escola pública.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu os inúmeros projetos de resolução em que se solicita a requalificação de escolas e mencionou que no caso da Escola Secundária de Esmoriz a respetiva obra não foi incluída no mapeamento feito anteriormente e agora a autarquia queixa-se que a obra não foi feita.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) questionou o facto de a Escola Básica de Tortosendo não ter um espaço adequado para a prática de educação física e realçou a importância da disciplina, tanto mais que vai passar a contar para o acesso ao ensino superior.

Os membros do Governo informaram que já foi comunicada às escolas a renovação dos regimes laborais dos trabalhadores cujos processos estão em avaliação no PREVPAP. Esclareceram depois que as dificuldades nas obras no município de Oliveira de Azeméis se devem ao facto de a Câmara Municipal ter apresentado projetos por valores superiores aos fundos comunitários e indicaram ainda que vai haver verbas para várias escolas. Informaram que incluíram no despacho de organização do ano letivo o que consta no Estatuto Docente em relação às componentes letiva e não letiva dos docentes e esclareceram que houve envolvimento das comunidades intermunicipais na rede escolar, registando-se ganhos daí decorrentes. Explicaram ainda a existência de uma única prova para as disciplinas de Matemática e defenderam que não houve resultados negativos no exame do ensino secundário. Esclareceram também que o pessoal não docente que transita para os municípios não pode ser retirado das escolas, mas os novos contratos já não têm essa garantia e em relação ao colégio Infante Santo defenderam que não há carência da escola pública.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

### **3. Outros Assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

### **4. Data da próxima reunião**

- 19 de julho, 14h30m – Audição Ministro Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A reunião foi encerrada às 19:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de julho de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

A handwritten signature in blue ink, reading "A. Quintanilha". The signature is fluid and cursive, with the first letter 'A' being particularly large and stylized.

**(Alexandre Quintanilha)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ilda Araújo Novo  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
Amadeu Soares Albergaria  
Ângela Moreira  
Diana Ferreira  
Duarte Marques  
Helga Correia  
Joana Barata Lopes  
Palmira Maciel  
Rui Cruz  
Rui Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt  
André Pinotes Batista  
Ivan Gonçalves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão

